

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 330 - DF (2019/0351664-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
IMPETRANTE : VALDEMIR OLIVEIRA GOES
ADVOGADO : NELLO RICCI NETO - MS008225
IMPETRADO : COMANDANTE DO EXERCITO

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE INJUNÇÃO. QUADRO ESPECIAL DO EXÉRCITO. ASCENSÃO FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE PRECEITO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. O mandado de injunção, nos termos do art. 5º, LXXI, da CF, constitui remédio constitucional destinado a suprir lacuna na edição de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, não servindo este excepcional instrumento à proteção de direitos ou prerrogativas auto-aplicáveis, tampouco abarcando direitos contidos em normas infraconstitucionais.

2. Embora o art. 142, § 3º, X, da CF, preveja que a lei disporá sobre "direitos" e "prerrogativas" dos militares, não assegura especificamente o pretendido direito à promoção na carreira, que é de natureza essencialmente legal, tal como ressaltado no art. 50, IV, *m*, da Lei 6.880/80.

3. Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Cuida-se de mandado de injunção impetrado por VALDEMIR OLIVEIRA GOES em face do COMANDANTE DO EXÉRCITO, em razão de suposta omissão na edição de norma regulamentadora prevista no art. 142, § 3º, X, da CF.

Argumenta que "o Presidente da República em sua iniciativa legislativa exclusiva sancionou a Lei 12.158/09, que regulamenta parcialmente o art. 50, IV, "m" do Estatuto dos Militares e art. 142, § 3º, X da CF, garantindo o acesso às graduações superiores de militares do QTA - Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, deixando de fora os militares do QE - Quadro Especial do Exército" (e-STJ fl. 9); que "faz parte do Quadro Especial, quadro esse que é formado por cabos, taifeiros, terceiros-sargentos e segundos-sargentos do Exército Brasileiro.

Graduados, portanto. Não contam com lei específica a regulamentar o constitucional direito à promoção ínsito na Constituição Federal no art. 142, § 3º, X da CF e no Estatuto dos Militares, art. 50, IV, "m" (e-STJ fl. 14), e que "tem o autor legítimo e fundado interesse na regulamentação que discipline seu direito (dos cabos e sargentos estabilizados), à ascensão na carreira em promoções até à graduação de subtenente, nas mesmas condições dos Taifeiros do QTA da Força Aérea Brasileira alcançados pelo benefício previsto no Art. 1º da Lei nº 12.158, de 28 de dezembro de 2009" (e-STJ fl. 40).

Requer, em suma, seja julgada procedente a demanda "reconhecendo a lacuna e mora legislativa, e, via de consequência, determine prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora a garanta aos militares do Quadro Especial do Exército Brasileiro o acesso às graduações superiores, ou seja, até à graduação de subtenente, ou envie ao Congresso Nacional projeto de lei neste sentido, assim como foi disponibilizado ao Quadro de Taifeiros da Aeronáutica através da edição da Lei 12.158/09"; ou seja deferida a "tutela ao impetrante a lhe garantir o acesso às graduações superiores em analogia à Lei 12.158/09 (enquanto aguardam a edição da lei objeto da lacuna e do presente mandamus injuncional), determinando, para tanto, as imediatas promoções do impetrante às graduações de 2º e 1º sargento e subtenente, com o pagamento ao mesmo de todas as remunerações dos últimos cinco anos, bem como as que se forem vencendo no decorrer do processo, com atualização e juros até a data do efetivo pagamento" (e-STJ fls. 42/43).

Gratuidade de justiça deferida à e-STJ fl. 84.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

O mandado de injunção, nos termos do art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, constitui remédio constitucional destinado a suprir lacuna na edição de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Por conseguinte, o que justifica o requerimento da injunção é a

existência de uma omissão estatal na regulamentação de direito subjetivo ou garantia previstos diretamente na Carta Magna, em norma de eficácia limitada, não servindo este excepcional instrumento à proteção de direitos ou prerrogativas auto-aplicáveis, tampouco abarcando direitos contidos em normas infraconstitucionais.

Na hipótese dos autos, o impetrante pleiteia a ordem mandamental para que o impetrado "promova a edição da norma regulamentadora a garanta aos militares do Quadro Especial do Exército Brasileiro o acesso às graduações superiores, ou seja, até à graduação de subtenente, ou envie ao Congresso Nacional projeto de lei neste sentido, assim como foi disponibilizado ao Quadro de Taifeiros da Aeronáutica através da edição da Lei 12.158/09".

De fato, a Constituição Federal, em seu art. 142, § 3º, X, estabelece que "a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra".

Entretanto, embora o dispositivo supramencionado preveja que a lei disporá sobre "direitos" e "prerrogativas" dos militares, não assegura especificamente o pretendido direito à promoção na carreira, que é de natureza essencialmente legal, tal como ressaltado no art. 50, IV, *m*, Lei 6.880/80.

A via do mandado de injunção, portanto, revela-se imprópria para tal objetivo, nos termos do art. 5º, LXXI, da Constituição Federal.

Sobre o tema, o Min. Celso de Melo, Relator do MI 6834/DF que veiculou pretensão jurídica idêntica à ora deduzida, manifestou-se no sentido de que "eventuais lacunas normativas ou imperfeições jurídicas constantes de textos legais, como o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80), na espécie, não se revelam colmatáveis nem suscetíveis de correção pela via injuncional, eis que – como já referido – o mandado de injunção somente tem pertinência quando destinado a suprir omissões estatais na regulamentação de cláusulas fundadas na

Superior Tribunal de Justiça

Constituição da República".

Assim, não se tratando a hipótese de ausência de norma regulamentadora de direito assegurado pela Constituição Federal, tem-se por manifestamente incabível o presente mandado de injunção.

Forte nessas razões, com fundamento nos arts. 6º da Lei 13.300/2016 e 34, XVIII, 'a', do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL.

Custas pelo impetrante, observada a gratuidade deferida.

Sem condenação em honorários advocatícios, de acordo com o art. 25 da Lei 12.016/2009 c/c art. 14 da Lei 13.300/2016.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora